

Peito de fora, pelos e ódio aos homens: analisamos 6 clichês do feminismo

Aqui em Universa, é comum ver comentários de leitores (sim, estamos lendo o que vocês escrevem) falando que “feministas odeiam homens”, que “ficam com os peitos para fora” e que feminismo é um machismo ao contrário, entre outras ideias que envolvem o movimento.

[\(Universa, 16/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Mas o que é verdade e o que é mentira nessas afirmações? Conversamos com três especialistas em teoria feminista para analisá-las. Vamos lá:

“Feminismo é um machismo ao contrário”

Essa dá para explicar usando o dicionário. Segundo o Houaiss, feminismo é a “teoria que sustenta igualdade política, social e econômica de ambos os sexos”, enquanto machismo é o “comportamento que tende a negar às mulheres a extensão de prerrogativas ou direitos do homem”.

Portanto, conceitualmente, não dá para dizer que um movimento funciona do mesmo jeito que outro mas de lado oposto. O machismo nega direitos às mulheres, e o feminismo quer retomar a igualdade entre os gêneros, e não negar direitos aos homens.

“Feministas só sabem por os peitos para fora”

Primeiro, uma pergunta: por que é permitido um homem andar sem camisa na rua e proibido mulher fazer o mesmo?

Pensou? Ok, agora sigamos.

Doutora em estudos de representatividade de gênero pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Fernanda Friedrich explica que há várias linhas de manifestação dentro do movimento e que, em algumas, são feitos protestos nas ruas em que partes do corpo ficam à mostra. Mas não é isso que faz de uma mulher feminista. Essa é apenas a maneira como ela expressa seu feminismo.

“Elas levam para o lado mais extremo, o de mostrar o peito, para chocar e simbolizar a sexualidade imposta sobre nosso corpo, que não é aplicada da mesma forma para os homens”, diz. Lembra da pergunta ali no começo? Não é “só” mostrar os seios, mas questionar a impossibilidade de mostrá-los, sem que o ato cause estranhamento ou seja considerado crime, como acontece no Brasil,

“Feminista não gosta de se depilar”

O feminismo tem como base a garantia da autonomia da mulher. Nada impede que ela se depile ou queira seguir práticas relacionadas à feminilidade. O problema é a imposição. “O movimento quer garantir a liberdade de qualquer um poder fazer com o corpo o que quiser, sem se prender a um estereótipo de gênero”, explica Hannah Maruci Aflalo, doutoranda em

teoria feminista e representação política feminina pela USP (Universidade de São Paulo).

Resumindo: quer tirar os pelos? Tire. Não quer? Não tire. Dá para ser feminista dos dois jeitos.

“Feminista odeia homem”

Feminismo não é um ataque aos homens, mas ao machismo. Não é pessoal, não é uma guerra. É, de novo, a busca por direitos iguais. Mesmo assim, sem negar as diferenças entre homens e mulheres. “Que são físicas, e não intelectuais, como o machismo quer fazer crer”, afirma a especialista em estudos de gênero Fernanda Friedrich.

Ela mesma diz que já ouviu várias vezes a pergunta: “Mas como pode você ser feminista e casada com um homem?”. “Como se isso fosse afetar a rotina dentro casa”, diz. E ela odeia o marido? “Não”, responde, entre risos. “Eu o amo muito, ele é meu companheiro, e eu, inclusive, estou grávida de um menino, que também amo.”

“Feministas são todas lésbicas”

Seguindo a ideia de que feministas odeiam homens, o mais lógico é dizer que, por isso, elas só se relacionam com outras mulheres. Mas o feminismo não tem qualquer relação com orientação sexual.

Professora de História da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), a teórica feminista Margareth Rago acredita que o comentário tem a ver com uma intenção de xingar as feministas. Para muitas pessoas que atacam o movimento, ser lésbica é algo errado, logo, dizer que alguém o é, torna-se uma ofensa.

“Dizer isso é mostrar um um horror às lésbicas, como se só fosse normal ser heterossexual.”

“Feminismo prega o aborto e quer acabar com a família”

Primeiro, sobre o aborto: seguindo a teoria feminista da liberdade individual feminina, a ideia não é que se “pregue” o aborto, mas que a mulher possa escolher se vai ter um filho, que será gerado em seu corpo e pelo qual será responsável.

Segundo, sobre a família. “O feminismo quer acabar, na verdade, com a ideia do homem provedor e da mulher que tem que ficar em casa cuidando dos filhos sem ter opção de seguir outros caminhos na vida, como trabalhar ou estudar”, explica Margareth Rago.

Camila Brandalise

[Violência contra mulheres jornalistas aumenta nas Américas, diz relatório da](#)

CIDH

Mulheres jornalistas são “duplamente suscetíveis a serem vítimas de violência” no continente americano, por exercerem seu direito à liberdade de expressão e por razões de gênero. Isso está estabelecido no relatório “[Mulheres jornalistas e liberdade de expressão](#)” publicado pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 8 de março.

(Jornalismo nas Américas, 15/03/2019 - acesse no site de origem)

O relatório examina a violência física contra mulheres jornalistas, bem como o assédio online e dentro das redações.

Segundo o relatório, os ataques mais comumente relatados por mulheres jornalistas assumem três formas diferentes: “violação sexual de jornalistas em retaliação por seu trabalho, abuso sexual de jornalistas em cativo ou detenção e violência sexual por parte de multidões contra jornalistas que cobrem atos públicos”.

Da mesma forma, o gênero não apenas determina as maneiras diferenciadas de violência, mas geralmente esses atos têm repercussão em suas famílias. Mulheres jornalistas relatam que os ataques que “visam intimidá-las ou silenciá-las são perpetrados contra o ambiente familiar, incluindo seus filhos e filhas”, segundo o relatório.

“Os atos de violência contra as mulheres, e especialmente contra as mulheres jornalistas, não são atos isolados, mas são sintomáticos de um padrão de discriminação estrutural da mulher, que tem suas raízes em conceitos relacionados à inferioridade e subordinação da mulher antes aos homens”, diz o relatório. “Machismo e estereótipos de gênero enraizados nas sociedades dos países da região aumentam a situação de risco das mulheres jornalistas e impedem que elas exerçam plenamente seu direito à liberdade de expressão e seu direito a viver uma vida livre de violência”.

Segundo dados da Unesco, extraídos do relatório da Relatoria Especial, nos últimos anos tem havido um aumento no assassinato de mulheres jornalistas no mundo. Entre 2012 e 2016, a Unesco registrou 38 assassinatos de mulheres jornalistas, representando 7% dos assassinatos de jornalistas durante esse período. Por sua vez, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) informou que em 2017 morreram 8 mulheres jornalistas em todo o mundo, o que significa 19% de todos os jornalistas mortos naquele ano, acrescenta o informe.

Por sua vez, a Relatoria Especial documentou, entre 2012 e 2018, sete assassinatos de comunicadores e trabalhadores da mídia por motivos que poderiam estar relacionados ao seu trabalho nas Américas. Os crimes ocorreram na Colômbia e no México. Na Colômbia, foram registrados os casos de [Flor Alba Núñez](#) (ocorrido em 2015) e da comunicadora indígena [Efigenia Vásquez Astudillo](#) (2017). O México registrou os assassinatos das jornalistas [Regina Martínez](#) (2012) e [Miroslava Breach](#) (2017), assim como a funcionária administrativa de um jornal [Irasema Becerra](#) (2012), de uma usuária do Twitter identificada como [María del Rosario Fuentes Rubio](#) (2014) e da blogueira [Leslie Ann Pamela Montenegro](#) (2018).

A violência sexual contra mulheres jornalistas é uma das questões que gera maior

preocupação.

Em um estudo global conduzido pela Fundação Internacional de Mulheres para a Mídia, adotado no relatório da Relatoria, das 597 mulheres pesquisadas, 63% disseram ter sido ameaçadas ou assediadas online, 58% ameaçadas ou hostilizadas pessoalmente e 26% vítima de ataques físicos.

Embora não haja números gerais para a região, o relatório aponta que em países como Colômbia, Paraguai, Brasil e México, mulheres jornalistas relataram serem vítimas de violência e assédio sexual no desenvolvimento de seu trabalho.

Em El Salvador, todas as mulheres jornalistas que participaram de um estudo local relataram ter sofrido assédio sexual durante seu trabalho em campo, e mais de 96% disseram ter experimentado isso mesmo dentro dos meios em que trabalhavam.

No Brasil, 75% das mulheres jornalistas que responderam a uma pesquisa online para um estudo local disseram que receberam comentários desconfortáveis sobre seu corpo, roupas ou aparência no exercício de sua profissão.

Um dos aspectos que a Relatoria Especial destaca em todo o seu relatório é o aumento da violência online, da qual as mulheres jornalistas são vítimas. Um fato também encontrado pela Unesco em seu relatório "[Tendências globais na liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia: Relatório Regional 2017-2018 da América Latina e do Caribe](#)". Esses ataques caracterizam-se pelo tema de gênero, o que torna os comentários "misóginos e de conteúdo sexual", segundo o relatório da Relatoria Especial.

No entanto, os perigos não estão apenas na rua durante a cobertura. O escritório também é um lugar onde elas são atacadas, de acordo com o relatório. Lá, as mulheres jornalistas recebem comentários indesejados sobre sua maneira de se vestir, assobios, "piadas" de conteúdo sexual e contato físico indesejado.

A situação é mais complicada para jornalistas mulheres indígenas ou afrodescendentes, que são mais propensas a serem estigmatizadas, diz o relatório.

A Relatoria Especial observa com preocupação que a maioria dos casos denunciados permanece impune. Embora a organização reconheça que alguns estados estão tentando melhorar, "observa com preocupação a persistência de obstáculos que vão desde a ausência de mecanismos e programas específicos de proteção em alguns países até deficiências associadas à concepção e implementação efetiva dos mecanismos existentes", segundo o relatório. .

Por exemplo, entre os aspectos mencionados no relatório, está a falta de funcionários públicos treinados com uma perspectiva de gênero para receber e investigar queixas de mulheres jornalistas. Em muitas ocasiões, diz o relatório, as mulheres são revitimizadas.

Por essa razão, o relatório culmina com uma série de recomendações aos Estados sobre suas três obrigações de proteger, prevenir e buscar justiça nos crimes.

Algumas recomendações têm a ver com a necessidade de formar seus funcionários com uma perspectiva de gênero, que seria colocada em prática ao estabelecer medidas e proteção para mulheres jornalistas. Por exemplo, que a família da jornalista seja levada em conta nessas medidas.

O relatório também lembrou aos Estados que os crimes sexuais deveriam ser investigados com maior rapidez e garantindo a não-revitimização das pessoas.

A Relatoria Especial também faz recomendações para que os meios de comunicação trabalhem para melhorar o ambiente de trabalho, criando protocolos claros para denunciar o assédio, bem como treinamento em medidas de autoproteção.

O relatório foi preparado em coordenação com a Relatoria sobre os Direitos da Mulher, também da CIDH, e conta com contribuições da Comissão Interamericana de Mulheres, mulheres jornalistas da região, especialistas no tema e a sociedade civil, informou a [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão em um comunicado](#).

Veja o relatório completo em espanhol [aqui](#), e em inglês [aqui](#).

Silvia Higuera

Informação como chave para acabar com os estereótipos

O Destak inicia hoje uma série de reportagens especiais sobre o Dia Internacional da Mulher

(Destak, 08/03/2019 - acesse no site de origem)

Todos nós conhecemos uma mulher que é a principal responsável financeiramente pela casa. Uma mulher que criou os filhos sozinha e hoje ainda ajuda a educar os netos. Uma mulher que sai de casa cedo, deixa os filhos na escola e vai para o trabalho. Mas todos nós conhecemos mulheres que não se encaixam em nenhum desses estereótipos.

Isso é o que o Destak se propõe a mostrar nesse Dia Internacional das Mulheres. Que nenhuma mulher precisa se encaixar em rótulos imposto pela sociedade e pode se sentir à vontade em qualquer padrão.

Para isso, vamos trazer histórias de pessoas e organizações em diferentes segmentos da sociedade, como esporte, música e no campo. O que eles têm em comum é a luta para romper com essas barreiras e mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser.

Mas para começar a contar o quanto esse reconhecimento é importante vamos falar um pouco sobre um conceito defendido por muitas mulheres: o feminismo. E ele é apresentado como um direito. Sim! Um direito.

Muitas pessoas propagam que o feminismo é o contrário de machismo. Mas, desde as grandes manifestações pela garantia ao voto das mulheres, até agora, pela equiparação salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, são lutas características do feminismo.

“O que é divulgado é que o feminismo é uma ideologia que induz a perversões. Mas o

feminismo nada mais é do que um direito humano de as mulheres serem iguais aos homens nos salários, tratamentos, no direito de ir e vir sem ser molestada”, explicou a socióloga e professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Heloísa Buarque de Hollanda.

No Brasil, o feminismo tem conotações negativas e muitas vezes relacionadas apenas a sexualidade. Mas o que o movimento feminista se propõe a mostrar é que apesar de elas serem maioria entre os trabalhadores e, muitas vezes, serem mais escolarizadas do que eles, pesquisas do IBGE mostram que o rendimento médio delas equivale a cerca de $\frac{3}{4}$ dos homens.

“A primeira associação das pessoas é de que feministas odeiam os homens. Isso é uma inverdade. O feminismo é a crença de que mulheres são iguais aos homens”, afirmou a professora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Susana Funck, especialista em estudos de gênero.

E para quem acha que o movimento feminista só tem notoriedade agora está muito enganado. Ele ganha força no Brasil ainda na década de 1970. Na ocasião, entre as principais reivindicações estava, por exemplo, o direito a creche.

“O feminismo é chave para a conquistas de direitos como, por exemplo, contra a violência às mulheres”, ressaltou Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, organização que atua pelos direitos das mulheres.

O que é unânime entre as especialistas é a definição de que a informação é a chave para a garantia dos direitos e ela deve começar na escola. Jacira Melo acredita que apenas as mudanças só acontecerão quando o ambiente escolar começar a trabalhar a desconstrução do machismo.

“Essas barreiras estão sendo quebradas pelas novas gerações. Por conta da internet, que tem gerado grandes mobilizações. As meninas se defendem nesse espaço e as novas gerações são muito atentas a essas denúncias”, afirmou Heloísa Buarque de Hollanda.

O movimento feminista tem ganhado notoriedade e força entre as mulheres mais jovens. Grande parte da mobilização feita por elas ocorre por meio das redes sociais.

Para a professora Susana Funck, os caminhos abertos pelas novas feministas permitem que muitas barreiras sejam quebradas. “As jovens são muito mais eficazes, porque vão as ruas, usam as redes sociais e são mais abertas socialmente, porque a opressão da mulher está muito ligada a outras opressões”, avaliou.

Os recursos foram muito popularizados em campanhas encabeçadas por esses grupos contra o assédio com hashtags como #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto ou o #NenhumaAMenos, que surgiu na Argentina, após estupro e assassinato de uma adolescente.

De acordo com Jacira Melo, essa luta é fundamental para que o Brasil perceba a desigualdade e para que isso se reverta na garantia dos direitos. “Essas diferenças prejudicam a ascensão das mulheres na sociedade. Mas ao mesmo tempo tem um papel fundamental para a formulação de políticas públicas para as mulheres”, disse.

Fabíola Andrade

Os projetos conservadores que são ameaças reais às mulheres em 2019

Da Reforma da Previdência ao Estatuto do Nascituro: elas podem pagar o pato

[\(CartaCapital, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Enquanto os olhos estão virados para as loucas aventuras de Jair Bolsonaro (atualizadas semana após semana, dia após dia), sem fazer barulho deputados conservadores têm feito avançar suas convicções no Congresso Nacional, engrossando o caldo do que próprio governo chama de “pauta dos costumes”.

Os direitos reprodutivos das mulheres podem entrar no jogo como moeda de troca no processo de votação de reformas impopulares, como o caso da Previdência, e será feito por uma bancada fundamentalista, cuja agenda prioritária é a criminalização irrestrita do aborto.

O poder de barganha é alto. Os homens ocupam a esmagadora maioria dos cargos no Congresso Nacional, 85% das cadeiras, embora as mulheres [representem mais da metade](#) de todo o eleitorado brasileiro (52%).

A bancada religiosa, responsável historicamente por liderar as pautas conservadoras, cresce a cada eleição, com [avanço notável dos neopentecostais](#). O fosso entre as necessidades reais delas e a falta de representatividade tem seus efeitos. A lista de projetos que afrontam diretamente a cidadania e a emancipação feminina é longa, mas alguns, em particular, estão prontos para serem servidos à mesa.

“Desde a concepção”

O Senado desarquivou no início de fevereiro uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende acrescentar ao documento um dispositivo que classifica o direito à vida como inviolável “desde a concepção”. Com o desarquivamento, a proposta volta a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto, de autoria do ex-senador Magno Malta (PR-ES), tem por objetivo alterar o artigo 5º da Constituição. Se aprovado, o artigo passaria a ter a seguinte redação: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A inclusão do termo “desde a concepção” é alvo em diversos projetos que já passaram pelo Congresso, volta e meia reciclados pelos conservadores. A estratégia é encarada como uma maneira de proibir definitivamente o aborto no país, inclusive, nos casos já previstos no Código Penal, como estupro, risco à vida da mulher, e fetos anencefálicos.

Fim da cota de gênero

Hoje, 30% das candidaturas de cada partido devem ser preenchidas por um dos gêneros. Como historicamente os homens prevalecem nas disputas, a cota é o que garante maior participação das mulheres no processo eleitoral. A regra também estabelece uma reserva mínima do fundo eleitoral (financiamento público de campanha) para essas candidaturas, o que garante que elas irão adiante.

O deputado Ângelo Coronel (PSD-BA) quer acabar com essas reservas. Isso porque, segundo ele mesmo, a obrigatoriedade acabou “criando candidaturas laranjas”, em alusão ao [escândalo protagonizado pelo PSL](#), partido do presidente Jair Bolsonaro.

Aborto legal

Eduardo Cunha (MDB) não está mais em Brasília, mas a sombra de seus projetos paira sobre a Câmara dos Deputados. O mais polêmico deles, o PL 5069, tem por objetivo dificultar o acesso legal ao aborto previsto na lei, especialmente das vítimas de abuso sexual. O texto adiciona condicionantes ao atendimento da vítima, que terá obrigatoriamente que fazer boletim de ocorrência, algo que muitas evitam por medo, pudor ou temor de sofrer constrangimentos.

O projeto também quer dificultar o acesso à pílula do dia seguinte no SUS. Caberá ao médico decidir se o medicamento é ou não é abortivo. A proposta foi aprovada em todas as comissões e está pronta para votação em plenário, bastando ser pautada pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM).

Em 2015 o projeto foi alvo de intensas manifestações contra o então deputado, que culminou no movimento “Mulheres Contra Cunha.”

Estatuto do Nascituro

O projeto, [em tramitação na Câmara desde 2007](#), prevê proteção jurídica à criança ainda não nascida. Mais uma vez, na prática, o projeto restringe as possibilidades de avanço das questões relacionadas ao aborto, uma vez que dá ao feto status de indivíduo. Apesar de manter a possibilidade de aborto no caso de estupro, a proposta estabelece obrigações ao Estado e ao pai (o estuprador, caso seja identificado), em uma tentativa de estimular as mulheres a não abortarem.

O texto diz ainda que “se for identificado o genitor, será ele o responsável pela pensão alimentícia”, criando vínculos entre a mulher e o criminoso que praticou o estupro. O projeto está parado nas comissões e é encarado pela ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damara Alves, como prioridade da pasta.

Reforma da Previdência

A proposta de Reforma de Previdência, se aprovada, irá retirar direitos e [aprofundar a desigualdade entre homens e mulheres](#). A ideia do governo é elevar a idade mínima da aposentadoria das mulheres para 62 anos, além de estipular 20 anos como tempo mínimo de contribuição, igual para homens e mulheres.

A ideia ignora o fato delas ainda fazerem tripla jornada de trabalho, acumulando o serviço doméstico e de cuidados. A transição para um sistema de capitalização privada, onde o cálculo

da aposentadoria é feito com base nos salários recebidos, e não em valores fixos, também afetará especialmente as mulheres, levando em conta que elas ainda recebem os menores salários, em especial as mulheres negras.

Posse de armas

A [flexibilização no Estatuto do Desarmamento, que estabelece as regras da posse de armas](#), já sancionada e que pode avançar ainda mais, segundo o próprio ministro da Justiça, Sérgio Moro, é como um agravante às já altas taxas de feminicídio.

Segundo recente levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 80% das agressões contra mulheres são praticadas por alguém próximo, como marido, namorado, pai, ex-companheiro ou até vizinho. E 40% dos casos aconteceram no interior da própria casa.

Especialistas afirmam que a letalidade dessas agressões aumentará com mais armas dentro de casa. O movimento de mulheres acusa o governo de sobrepor a defesa da propriedade privada – justificativa para a medida – à vida das mulheres.

[A ética da solidariedade feminista, por Debora Diniz e Giselle Carino](#)

Se é preciso ouvir antes de falar, é também nosso dever falar com responsabilidade sobre as injustiças que assolam as mulheres e meninas

[\(El País, 02/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Não há homem universal que represente as lutas de direitos humanos, assim como não há “mulher universal” para o feminismo. Quanto mais rica a nossa diversidade, maior a multiplicidade de identificações. É importante termos movimentos de mulheres rurais, deficientes, indígenas, negras, afro-latinas, migrantes, e tantos quantos forem necessários para representar formas de desamparo impostas pelas políticas da vida classistas, racistas e patriarcais. Em regiões de extrema desigualdade, como é o caso da América Latina e do Caribe, as vulnerabilidades das mulheres e das meninas se complexificam. Uma menina indígena em nomadismo involuntário pela crise humanitária na Venezuela carrega camadas de fragilidade existencial: da condição étnica à idade, da migração ao risco de violência.

Quem fala por essa menina? As organizações internacionais humanitárias ou as políticas governamentais do país que a acolhe? Sua comunidade indígena ou sua família? Nós começaríamos respondendo que ela deve ser a primeira a falar, caso seja capaz de expressar algumas de suas necessidades mais imediatas a serem protegidas. Nosso dever é ouvi-la, reconhecendo-a como o centro de nossos esforços de proteção. Mas há muito o que ela desconhece. Como uma menina desamparada, é uma sobrevivente — talvez, sua vida tenha sido uma sequência de espoliação de direitos, fazendo-a ignorar o que seja uma vida digna. Somente ouvi-la é novamente abandoná-la. É preciso estar ao seu lado para falar junto com ela

sobre o que é ser uma menina em nomadismo involuntário em crise humanitária, porém com direitos a serem garantidos.

Falar com essa menina, e não apenas por ela ou sobre ela, é o primeiro passo para a consolidação de uma solidariedade feminista. Mas não é suficiente. Desde que Gayatri Spivak lançou a pergunta “pode o subalterno falar?”, discussões sobre os rituais de fala de populações vulneráveis, em particular as [mulheres](#), inundaram o feminismo acadêmico e os movimentos sociais. A expressão “lugar de fala”, comum ao feminismo latino-americano, é tanto um reclame de reconhecimento de vozes subalternizadas, como também um convite ao silêncio conivente das elites. Como nós, duas mulheres latinas originárias de países dentre os mais ricos da região, poderíamos falar de [crise humanitária na Venezuela](#) ou no Haiti? Nosso lugar de fala é ambíguo — não vivemos o nomadismo, o conhecemos porque decidimos ir ao encontro dessa menina e nomear como injusta sua situação de vida. Mas qual nossa autoridade para falar com ela e sobre ela?

Se é preciso ouvir antes de falar, é também nosso dever falar com responsabilidade sobre as injustiças que assolam as mulheres e meninas. O silêncio sobre as [desigualdades](#) e vulnerabilidades experimentadas por aquelas distantes de nós é cúmplice da desigualdade. Só quem vive a tranquilidade dos direitos protegidos ou dos privilégios herdados pode se confortar na apatia do silêncio. A autoridade da experiência ou da existência são formas de reconhecimento das narrativas políticas que importam às lutas pela igualdade, mas não são as únicas. As mulheres com deficiência devem ser ouvidas em políticas de saúde sobre seus corpos, devem ser parte dos movimentos de luta pela descriminalização do aborto, devem estar em igualdade de condições às mulheres sem deficiência em todas as esferas da vida. Isso não significa, no entanto, que mulheres sem deficiência devam se silenciar sobre as violações de direitos vividas pelas mulheres cegas ou surdas, por não compartilharem biografias semelhantes.

Nossos rituais de fala e de escuta precisam ser diversos. Só que a diversidade não é suficiente para a garantia da justiça. É possível compor rituais de fala que se adequem ao mandado da diversidade sem que se alterem os regimes de desigualdade em que vivem as mulheres. Este é o pêndulo que precisamos mover com delicadeza — ouvir antes de falar, reconhecer a anterioridade do vivido nos rituais de fala, e não permitir que a fórmula da representatividade como autoridade silencie quem se conforta nos privilégios. É a ética da solidariedade feminista o que nos aproxima dessa menina para ouvi-la, mas também para ajudá-la a entender que o desamparo não é um destino.

Debora Diniz é antropóloga brasileira e pesquisadora da Universidade de Brasília e Brown University

Giselle Carino é cientista política argentina, diretora da International Planned Parenthood Federation/Western Hemisphere

“Não há saúde mental onde tem racismo”, afirma psicanalista

A luta de ativistas por direitos se torna, muitas vezes, uma luta para manter a sanidade

(CartaCapital, 16/02/2019 - acesse no site de origem)

O [suicídio da ativista Sabrina Bittencourt](#), que ajudava na denúncia de abusos sexuais, entre eles o que levou à prisão do médium [João de Deus](#), assim como outros casos de menor repercussão na mídia, como a morte de Daniel Marques, do movimento negro do Capão Redondo, e que em 2016 também decidiu pôr fim à própria vida, ascendem a luz sobre os reverses da vida de um militante, e da importância da saúde mental na atividade política para fora dos muros.

Essa preocupação tem levado profissionais da saúde e o próprio ativismo a reavaliar suas práticas, abrindo caminho para rodas de conversa e atendimentos específicos.

“Ó, tem militante mal, precisamos de ajuda.” Em meio ao fogo cruzado das [manifestações de 2013](#), os psicanalistas do grupo Margens Clínicas, coletivo que oferece atendimento a vítimas de violência de Estado, veem pipocar os pedidos de atendimento clínico.

O grupo foi fundado oficialmente em 2012, mas, desde 2007, quando a reitoria da Universidade de São Paulo foi ocupada, o trabalho com a saúde mental de militantes e ativistas já era feito.

Em 2013 há um ponto de inflexão. “Alguém que tivesse ido às manifestações e sido machucado pela polícia nos pedia, individualmente, para ser atendido, porque o trauma individual dele tinha sido muito forte”, conta a psicanalista Anna Turriani.

Em 2016, ano do impeachment de [Dilma Rousseff](#), há outro ponto de inflexão. Agora os pedidos eram feitos por organizações, entidades e movimentos sociais. “Naquele momento fica claro para os grupos que eles precisavam se cuidar no coletivo. É a percepção dos efeitos nocivos da militância, de que se eles não se cuidassem, o trabalho deles poderia implodir”, afirma a psicanalista.

Se militar pode ser duro, a vida pode ser ainda mais. Como ter saúde mental em mundo de exclusão, racismo, machismo e homofobia? Por isso, para o grupo os especialistas, o sofrimento de militantes tem de ser tratado no coletivo, dentro do movimento. “A dor está inscrita na estrutura do que ele (militante) faz. O ativismo tem de entrada essa marca, de que machismo e racismo é uma coisa estrutural”, explica Anna.

Ela afirma ainda que a luta por direitos, por equidade, é também uma luta por saúde mental. “Não há saúde mental onde tem racismo; quando o moleque não pode escolher usar seu cabelo black porque senão ele apanha da polícia. Quem não adoce sendo humilhado?”

Depois da fantasia, paranoia e apatia

Victor Barão, psicanalista no grupo, afirma que a partir de 2016 os relatos sobre perseguição

aumentaram. E o medo de uma suposta caça às bruxas pode fazer com que os militantes abram mão do projeto coletivo em detrimento de projetos pessoais, em tese mais seguros. Mas não sem dramas. Afinal, desistir da militância, ainda que temporariamente, abre caminho para um sentimento de frustração.

“Notei esse retorno da paranoia com mais força nos últimos tempos, e aqui isso tem gerado uma certa apatia para eles”, reforça Laura Lanari, também do Margens Clínicas.

Para os especialistas, isso decorre do fato de os movimentos sociais e grupos não conseguirem entender, nesse momento, tudo o que foi conquistado. “É algo como: fizemos tanto para isso?”, afirmam. “As pessoas estão compreendendo que grandes erros da esquerda no passado acontecem por falta de escuta. Como no caso das [mulheres marginalizadas](#) dentro do próprio movimento social”, acrescenta Anna.

Ouvir o outro passa a ser então o melhor remédio. Não só no divã do analista, mas nas ruas, nas rodas de conversa e de escuta abertas. Nesse processo, as mulheres negras estão muitos passos na dianteira. São elas que, cada vez mais, bradam: “Não dá para falar em militância sem falar do meu sofrimento.”

Quem eu deveria ser?

Uma espécie de síndrome de super-herói, de alguém que coloca para si incumbências sobre-humanas, ou que infla demais o ideal daquilo que se deseja ser ou fazer, é responsável por provocar quedas bruscas e grandes frustrações. É aquele ou aquela que parece carregar o peso do mundo nas costas.

Se por um lado os ideais ajudam os militantes a agirem, eles são responsáveis pela repetição eterna do fracasso. Afinal, é um ideal. Quanto maior, mais distante fica.

“Em militâncias em grupos mais hierarquizados, em que os sujeitos são galgados a quadros, o peso e a expectativa são enormes. Não é por acaso que diversas situações desemboquem no suicídio. Inventam-se incumbências que não podem ser cumpridas”, explica Rafael Alves Lima, que também faz parte do Margens Clínicas.

E os símbolos que constroem essas ideias são também construídos socialmente, como é caso das [histórias de príncipes encantados que salvam moças indefesas](#). As histórias de heroísmos irrealizáveis estão por aí, e fazem muito sucesso.

Do luto à luta

Muitos dos que vão para a militância como maneira de fazer política, fazem pela necessidade de lutar por direitos que já foram perdidos. Como os sem-teto, que se organizam para reivindicar moradia. A luta, então, rememora um trauma já vivido, e qualquer perda nesse processo pode gerar um baque muito maior do que em pessoas que buscam na militância uma causa ou um ideal mais amplo.

O grupo explica que por vezes a militância repete o trauma, ao mesmo tempo em que promete um destino e dá sentido à vida. “As pessoas e movimentos têm de entender que esse é um processo coletivo de construção, e que isso prevê o cuidado de um com os outros. A militância é essencialmente um projeto coletivo”, argumenta Lima.

[Patrícia Galvão, a Pagu: pioneirismo em política, feminismo e poesia](#)

Artigo da “Revista Comunicação & Educação” resgata a produção híbrida de poemas-desenhos da ‘musa do Modernismo’

[\(Jornal da USP, 05/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quem já ouviu falar de Pagu? A cantora Rita Lee criou uma música em homenagem a ela e à mulher brasileira. Pagu é o apelido da poeta Patrícia Galvão, escritora, desenhista, tradutora, feminista e militante política, conhecida como a “musa do Modernismo”, movimento que revolucionou a arte brasileira em seus diversos aspectos, tendo como auge a “Semana de 1922”, em que vários conceitos artísticos expressavam a contestação dos dogmas culturais, sociais e políticos da época. O artigo da revista *Comunicação & Educação* tem como objetivo mostrar “a produção híbrida de poemas-desenhos (*Álbum de Pagu*) e seu poema mais célebre, *Natureza morta*, publicado sob o pseudônimo de Solange Sohl, em 1948”.

O autor do artigo cita o texto de apresentação do poeta Augusto de Campos, para a reedição da obra de Patrícia Galvão, enfatizando a presença literária marcante da artista na época em que, apesar de muitas mulheres realizarem importantes conquistas no campo literário, no início do século 20, algumas “intelectuais de primeira linha, tiveram, lamentavelmente, suas carreiras ofuscadas pela condição feminina de então”. Foi o próprio poeta e tradutor brasileiro o responsável pela divulgação da obra e vida de Pagu no final da década de 1970, cujo objetivo era: “remitificar Pagu” e, ao mesmo tempo, desmistificá-la, “enfatizar não a face superficial de sua atividade, mas a densidade maior de sua aventura intelectual”.

Augusto de Campos propôs “definir os rumos e o lugar de Pagu nas letras nacionais”, recuperar a imagem de uma rebelde na vida e nas artes, segundo Rebechi Junior, que aponta Patrícia Galvão como uma personalidade rara, “dentre as poucas a tomarem uma posição de inconformismo que, a partir de 1922, incandesceu o nosso provinciano ambiente cultural”. A *Revista de Antropofagia*, naquele momento, delineava um novo caminho para a segunda fase do Modernismo, da qual Pagu participou: “Patrícia foi dos poucos remanescentes do modernismo que permaneceram fiéis aos ideais revolucionários do movimento no tocante à renovação da linguagem artística, quando a maioria ou se academizou ou se arrependeu”.



de olhos terrivelmente molengos
 e boca de cheramy ...

E o guerreiro branco cantou.
 E Freud desejou..

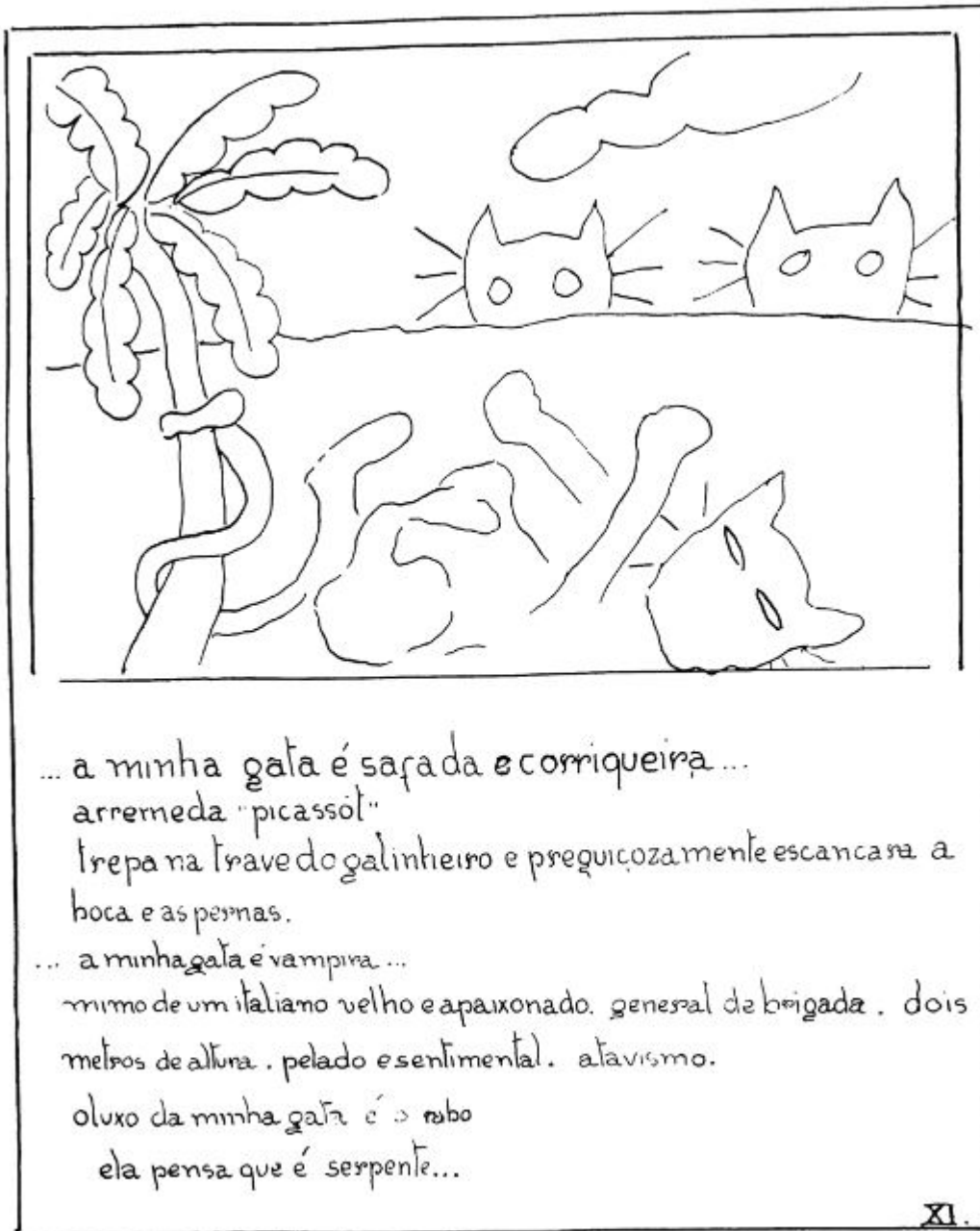
Mandioca braba faz mal.
 Pagú essa selvagem.
 inteligente
 E besta...

Comeu da mandioca braba...

E fez mal.

Croquis IV e V15 - GALVÃO, Patrícia. Pagú nascimento vida paixão e morte. Código, Salvador, n. 2, 1975, p. 26. (Reprodução)

No poema *Meu quintal é uma cidade!*, na obra *Álbum de Pagu*, Augusto de Campos observa um “gosto de invenção e de liberdade”. Autobiografia ilustrada por 28 croquis, a obra revela a artista como “uma representante autêntica dessa fração de modernistas antropofágicos”. Aqui se destaca “uma inovadora abordagem sobre a sexualidade e sobre a liberdade do corpo feminino, muito à frente do seu tempo”. Sob o pseudônimo de Solange Sohl, Pagu publica seu poema mais conhecido, *Natureza morta*, mostrando a “intensidade de poesia maldita”, angústias e amarguras e “uma incontornável dissolução daquilo que pode parecer absoluto”, como diz o poema: “[...] “Os livros são dorsos de estantes distantes quebradas. Estou dependurada na parede [...] Puseram um prego em meu coração [...] Espetaram, hein? a ave na parede [...] Mas conservaram os meus olhos”.



Croquis IV e V - 18 - GALVÃO, op. cit., p. 26. (Reprodução)

Nessa verdadeira homenagem à Pagu, o autor esclarece que seu artigo é somente uma breve apresentação dos "fragmentos poéticos deixados por Pagu", e finaliza com o suposto último texto da artista publicado em vida, o poema *Nothing*, que expressa a força, a coragem e a intensidade dessa musa que busca os significados mais profundos para as situações complexas do indivíduo moderno, diante de um "sistema produtivo sem precedentes", como em seus escritos/depoimentos no panfleto político *Verdade e Liberdade*, de 1950: "Também passei por essa prova. Também tentaram me esganar em muito boas condições. Agora, saio de um túnel. Tenho várias cicatrizes, mas ESTOU VIVA".

REBECHI JUNIOR, Arlindo. Pagu: poesia, militância e condição feminina. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 159-170, jun. 2018.

ISSN: 2316-9125. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v23i1p159-170>.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/145613>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Arlindo Rebechi Junior é professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, atuando em diversos cursos na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e é doutor em Literatura Brasileira pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Margareth Artur / Portal de Revistas da USP

O Dia Internacional pelos Direitos das Mulheres não é o “Dia do Sexo Feminino”, por Gal Barradas

Em sua nova coluna, Gal Barradas fala sobre o dia 8 de março, Dia da Mulher e os temas que são de fato importantes para serem debatidos além das flores e descontos

(Marie Claire, 04/02/2019 - acesse no site de origem)

Daqui a um mês, estaremos comemorando mais um Dia internacional da Mulher. Muita gente tem implicância com esta data por considerar que “todo dia deveria ser dia da mulher”. Clichês à parte, gostaria de contar um pouco a história deste dia para fazermos uma reflexão. Ele foi criado em 1910, por sugestão de uma operária filiada ao Partido Socialdemocrata Alemão. Na época, estavam entre as suas principais reivindicações o direito ao voto, o direito à propriedade, ao pagamento igualitário de impostos, à educação, a adequação da jornada de trabalho, à igualdade salarial, às ações pela redução do feminicídio, entre outras. Assim, foi por este conjunto de reivindicações de direitos que criou-se o Dia Internacional pelos Direitos das Mulheres. Este é o nome “oficial” do dia. Se ele foi criado para chamar a atenção para a luta por direitos e como muitos deles ainda não foram conquistados, concluo que ele deve continuar existindo. Entretanto, me causa desânimo quando vejo que muitos tratam este dia como se fosse o “dia do sexo feminino”. Esta tradução equivocada é o que faz com que se flores e descontos na depilação sejam oferecidos para mulheres neste dia.

Francamente, até gosto de flores e descontos, mas não quero que me sejam oferecidos neste dia 8 de maio, como se isso significasse atenção ou valorização das mulheres! Atenção com os direitos das mulheres é outra coisa. O que eu quero é que os direitos das mulheres sejam respeitados, alcançados e cumpridos. Direito a salários iguais, medidas preventivas e punitivas à violência sexual, medidas punitivas para estancar o feminicídio e tantos outros. Vou citar alguns dados aqui pra vocês. Um tema que pode ser resolvido no âmbito das empresas, portanto bem mais simples do que outros que exigem mudanças em Leis e políticas públicas: a equidade salarial. No nosso país, infelizmente, a média nacional nos mostra que as mulheres ainda ganham 25% a menos que os homens. Em alguns segmentos, como o de Tecnologia, por

exemplo, este índice chega os 30%. Se as empresas querem buscar competitividade num mundo cada vez mais diverso e multidisciplinar, por que não promovem um ambiente mais justo, dando às mulheres a oportunidade de disputar cargos e ideias de igual pra igual? Fica a pergunta aos empresários e empresárias que nos lêem.

Agora vamos para o extremo da régua de absurdos. Desde o início deste ano de 2019, temos visto uma explosão de casos de feminicídio na imprensa. Finalmente o país se viu frente a frente com a sua triste realidade. É uma condição da natureza que homens sejam mais fortes fisicamente que as mulheres. Um homem consegue imobilizar uma mulher, consegue espancá-la sem que ela consiga reagir. Poucas são as mulheres cuja condição física faria ocorrer o contrário.

No caso da violência hedionda do estupro, é aterrador que 70% dos casos que ocorrem no nosso país sejam de âmbito moral. Parentes, pais, padrastos, vizinhos, conhecidos são os principais agressores. 30% são praticados por ambiente desconhecido ou inseguro. Voltando à questão dos Direitos, devemos lembrar que um direito conquistado nem sempre está conquistado pra sempre. É preciso manter a vigilância sobre eles. Para exemplificar, vou lembrar o caso da Lei 12.845/2013, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, que garante à vítima de estupro atendimento seguro e imediato à saúde para evitar doenças sexualmente transmissíveis e para evitar a gravidez indesejada (vale lembrar que o aborto em caso de estupro é uma Lei vigente no país desde 1941. A Lei do Minuto Seguinte garante medidas preventivas). Durante meses, um grupo de Deputados encabeçou um movimento para evitar que a Presidente de então não sancionasse esta Lei. Felizmente, não foram bem sucedidos e, anos depois, uma campanha promovida pelo Ministério Público, da qual tive a honra de participar, proporcionou a ampla divulgação da Lei para torna-la mais conhecida e efetivamente cumprida.

E assim, vamos caminhando. Dos mais simples aos mais complexos, vamos buscando efetivar direitos há tanto tempo lutados e ainda não conquistados, bem como novos direitos buscando acompanhar a cultura e a evolução de necessidades da sociedade. Voltando ao meu ponto inicial, nada disso se resolve com “mimos” no dia 8 de março, mas com atenção, respeito e com o desejo conjunto de viver numa sociedade mais madura e mais justa para todos.

E seria um sonho realizado ver o dia em que um artigo como este seja escrito por um homem.

Gal Barradas é publicitária e empreendedora

Coletivo lança pesquisa sobre assédio sexual a jornalistas no trabalho

O Coletivo de Mulheres Jornalistas do Distrito Federal lançou uma pesquisa sobre assédio sexual no ambiente de trabalho. O levantamento é realizado através de documento online e, inicialmente, fica aberto à participação até o fim de fevereiro.

[\(Portal Imprensa, 30/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“A pesquisa é com foco no Distrito Federal, mas é aberta a jornalistas de todos os lugares. Na tabulação serão separados os dados específicos do DF a serem entregues ao sindicato para que a entidade possa atuar junto às jornalistas. Mas é um levantamento mais amplo até porque, infelizmente, o assédio não é localizado. Essa é uma informação que serve para todos os sindicatos e entidades trabalharem depois com o objetivo tanto de conscientizar quanto de combater”, resalta Renata Maffezoli, coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e integrante do Coletivo.

Uma publicação foi o ponto de partida da iniciativa. “Desde o fim de 2017, começamos a ter uma demanda forte por causa da publicação de um colunista no Correio Braziliense na qual transparecia muito a questão do assédio sexual nas redações. Isso despertou a categoria para o assunto”, diz Renata

Em novembro do ano passado, o Coletivo começou a mobilização: organizou debates virtuais e um presencial, na sede do Correio, que estabeleceu uma política específica sobre o assunto.

O movimento também lançou a campanha “Assédio sexual não faz parte do trabalho. Denuncie!”. Divulgada nas mídias sociais, seu objetivo, destaca a coordenadora, era sensibilizar a comunidade jornalística “sobre o que de fato é assédio, porque muitas vezes as pessoas assediam até sem perceber por ser tão naturalizado”.

Foram criadas várias peças com situações tanto no ambiente de trabalho quanto por parte de entrevistados. “Atos que acabam sendo naturalizados ou silenciados até por necessidade de sobrevivência no mercado de trabalho”, alerta a coordenadora.

O levantamento é a segunda etapa da campanha. Com base nas respostas obtidas, o Coletivo definirá o que será feito na próxima fase. “Queremos buscar formas de eliminar, ainda é um patamar distante, mas o objetivo é esse: eliminar essa prática do nosso espaço de trabalho”, completa Renata.

O resultado do levantamento deve ser divulgado em março, quando é celebrado o Dia Internacional das Mulheres.

[**Sem querer, ministra Damares impulsiona movimento feminista, por Debora Diniz**](#)

Na coluna desta semana, Debora Diniz explica como discurso retrógrado da ministra tem efeito contrário

[\(Marie Claire, 16/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Feministas são feias, mal-amadas e não se depilam. Mais do que sapatões de sítio, feministas não gostam de homens. Queriam ser como eles, por isso propõem uma inversão de valores no

mundo vestindo rosa nos meninos e azul nas meninas. Feministas desorganizam a casa, pedem para os filhos lavarem a louça ou arrumarem o quarto. É tão grave o que fazem as feministas que sequer querem mais filhos, por isso lutam por descriminalizar o aborto. Em resumo, as feministas são mulheres problemáticas que mais deveriam estar em um hospício que pelas ruas.

Eu sou uma feminista. Não preciso aqui listar quantas roupas azuis havia no meu guarda-roupa quando criança para avaliar se tive um desenvolvimento de gênero apropriado à minha sexagem ao nascer. Sou casada com um homem, o mesmo há 25 anos, numa relação mais normalizada que a de homens e mulheres de bem que apontam o dedo para a vida alheia. Nunca fiz um aborto, mas estou convencida que nenhuma mulher pode ser presa por abortar. Não tenho filhos para ensiná-los sobre lavar pratos ou passar roupa, mas não descrevo o trabalho doméstico de maridos ou companheiros como “ajuda”. Em minha família, os dois cuidamos da casa, do orçamento, e planejamos o cuidado de nossos dependentes.

Ministra Damares é só uma voz ruidosa das que repetem essas fantasias sobre as feministas. E o faz a partir de um roteiro - ao mesmo tempo em que diz “fui violentada na infância” ou “sou mãe sozinha”, repete as tolices de “feministas feias”. Se sinto compaixão pelo horror de sua experiência infantil, não me provoca sua biografia para as “novas formas de família”. Há décadas mulheres negras e pobres são chefes de família, sozinhas por vontade própria ou abandono, e jamais essa foi uma bandeira de reconhecimento à diversidade. Essa é uma típica frase de mulheres burguesas sobre a maternidade solitária como um projeto feminista, o que não parece ser o caso da ministra, ou de mulheres da casa grande que “pegavam meninas para criar”. Não duvido do amor e do cuidado da ministra à sua filha, só não me convence a personagem para o papel de famílias alternativas.

Assim como não há um termômetro para o feminismo ou um rito de iniciação como fazem os grupos religiosos, não há uma feminista típica. O feminismo como forma de vida, conjunto de ideias e valores, práticas e políticas é o que garantiu que uma mulher chegasse à ministra de direitos humanos de um país com valores patriarcais. É verdade que, no atual jogo de homens bravos que fazem flexão de braço uns aos outros como saudação mútua, o posto de Damares é parte do jogo masculino, por isso a pastora se torna ainda mais uma personagem caricata. Ela é o feminino que faz broma de todas nós - feministas ou não - pois arranca da história o que nossas antepassadas lutaram para vencer.

É bom que Damares seja bufona no cargo. Fortalece o feminismo, pois uma geração de meninas, adolescentes, mulheres comuns que jamais pensariam sobre o feminismo passam não só a abraçá-lo como levar adiante suas mensagens. Não por acaso muitas mulheres e homens repetiram causa feminista simples após o episódio das cores - vestiram-se como quiseram no trabalho, na casa ou nas televisões. Quanto mais Damares odiar o feminismo, mais fortes as feministas sairão desta história. Não importam quem sejamos, nomeiem-se como quiserem. O grupo que faz graça da pastora só aumenta. E no humor nos fortalecemos como feministas.